



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/20__

CONTRATADA:

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, sociedade de economia mista, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, **MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, em _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função na empresa), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, para **REGISTRO DE PREÇOS** sob o nº **027/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS EVENTUAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO SUPORTES DE PAREDE E SUPORTES DE CHÃO**, nas condições estabelecidas no Edital.

1.2. O objeto da Contratação:

LOTE 01 - MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
------	---------------	---------	------------	-------	-------

1 de 15

Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER

Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro - Boa Vista - Roraima – CEP: 69.306-610

SITE: www.caer.com.br



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

				UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
01	Manutenção de extintor de incêndio ABC de 06 Kg	SERVIÇO			
02	Manutenção de extintor de incêndio ABC de 08 Kg	SERVIÇO			

LOTE 02 - FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO E SUPORTES DE PAREDE E CHÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Extintor de incêndio ABC de 06 Kg	UNIDADE				
02	Extintor de incêndio ABC de 08 Kg	UNIDADE				
03	Suporte de parede para extintor	UNIDADE				
04	Suporte de chão para extintor ABC de 06 Kg	UNIDADE				
05	Suporte de chão para extintor ABC de 08 Kg	UNIDADE				

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de licitação, a Adjudicação e a Homologação da contratação;
- 1.3.3. A Proposta da Contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRORROGAÇÃO

3.1. Os prazos do contrato poderão ser prorrogados, observando-se os artigos 201 e 202 do RILC.

CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

2 de 15



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

4.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

4.2. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

4.3. O gestor e o fiscal realizarão relatórios durante toda a execução do contrato, incluindo fotográficos, caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Durante a manutenção será feita a desmontagem completa de todos os componentes do extintor para limpeza. Em seguida, será realizada a inspeção visual das peças e da parte interna do extintor. Todos os componentes que ficam sob pressão serão então testados e ensaiados. O extintor deverá ser recarregado e pressurizado caso haja necessidade. Por fim, o extintor será remontado e serão colocados anel, trave, lacre e selo do INMETRO e termo de garantia.

5.2. O teste hidrostático, que serve para identificar a integridade e resistência, também do Cilindro. A segunda delas é a pintura do cilindro.

5.3. Durante a execução das manutenções, a CONTRATADA deverá fornecer e instalar extintores substitutos para cada extintor retirado, com as mesmas características e a mesma capacidade de combate a incêndio, que esteja válido, carregado e com a identificação do fornecedor, para suprir eventual situação de emergência e manter as condições de segurança e prevenção de incêndio nas dependências do Campus, sem ônus para a CONTRATANTE.

5.4. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, todos os custos e trabalhos inerentes ao objeto - logística geral, envolvendo as manutenções e entrega dos extintores de incêndio e dos suportes de parede e chão.

CLÁUSULA SEXTA - LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O serviço de manutenção deverá ser executado na sede da CONTRATADA e deverá ser executado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. Os produtos do LOTE II deverão ser entregues no almoxarifado desta Companhia, situado na Rua Melvin Jones, nº 219, Bairro São Pedro, na cidade de Boa Vista - RR e deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias úteis, das 7h:30min às 13h, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

8.1. O recebimento provisório dos produtos e serviços se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro dos prazos estabelecidos no subitens 6.1 e 7.1, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes no instrumento contratual e na proposta vencedora.

8.2. O recebimento definitivo dos produtos e serviços, será finalizado em até 03 (três) dias contados do recebimento provisório mencionado no subitem 8.1, após a aferição de quantidade, especificações e quantidades e consequente aceitação.

8.3. Não serão aceitos na entrega dos produtos e serviços que eles sejam diferentes daquelas constantes neste instrumento contratual e proposta vencedora. Caso os serviços sejam entregues em desacordo com o estabelecido, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a substituí-los ou refazê-los no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante.

8.4. Caso o prazo definido no subitem 8.3 não seja observado, os produtos e serviços não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas no instrumento contratual.

CLÁUSULA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

10.1. Não há a necessidade de promover transição contratual para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PREÇO

11.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

11.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11.1.2. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no valor, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o(s) serviço(s) ser(em) executado(s) sem ônus adicionais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER.

12.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada.

12.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços.

12.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTAMENTO DOS CONTRATOS

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em ____/____/____ (DD/MM/AAA).

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os valores iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice (*indicar o índice*

a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - REVISÃO CONTRATUAL

14.1. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

- I** – comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;
- II** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;
- IV** – o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

V – restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;

VI – o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Prestar a CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

15.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços.

15.3. Permitir o acesso dos funcionários da Empresa vencedora às dependências da CAER, para a entrega do material.

15.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da Empresa vencedora.

15.5. Comunicar à Empresa vencedora sobre qualquer irregularidade quanto ao fornecimento do material.

15.6. Através da Divisão de Almoxarifado – DAL/CAER, receber o material constante da Nota Fiscal e AFOS, devendo na oportunidade confirmar o recebimento junto ao Fornecedor.

15.7. Comunicar prontamente à Contratada toda e qualquer anormalidade verificada que interfira na execução dos serviços, a fim de que qualquer falha seja sanada em tempo hábil.

15.8. Solicitar substituição do item que venha apresentar algum defeito dentro do prazo de garantia e validade.

15.9. Exigir a qualquer tempo, da CONTRATADA, documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos fiscais e comerciais e correntes da execução deste contrato.

15.10. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA por servidores especialmente designados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- 16.1.** Fornecer o materiais e serviços conforme estabelecido neste instrumento contra, o qual deverá atender ao padrão de qualidade mínima.
- 16.2.** Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da CAER.
- 16.3.** Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da CAER, quando esse tenha sido ocasionado por seus funcionários durante a entrega do material constante do presente neste instrumento.
- 16.4.** Comunicar ao Fiscal do Contrato, qualquer anormalidade referente ao fornecimento do material ou serviços, prestando os esclarecimentos julgados necessários com a maior brevidade e clareza possível, sempre por escrito e através de documentação própria para esse fim.
- 16.5.** Descarregar o material no Almoxarifado da CAER, de forma a facilitar o recebimento e a conferência dos itens adquiridos.
- 16.6.** Substituir os itens, que venham apresentar algum defeito quando da entrega, em até 15 (quinze) dias.
- 16.7.** Os custos da substituição do material rejeitado correrão, exclusivamente, por conta da Contratada.
- 16.8.** A empresa será responsável pela instalação dos suportes de parede e suportes de chão para os extintores.
- 16.9.** A CONTRATADA deve abrir um canal de comunicação como e-mail e/ou telefone celular que possa receber ligações e mensagens de texto para manter o contato entre as partes.
- 16.10.** A CONTRATADA deve no prazo de 03 (três) dias úteis, responder a demanda da CAER.
- 16.11.** A CONTRATADA deve indicar um preposto com número telefônico para atender a CAER.
- 16.12.** A CONTRATADA ficará responsável pela retirada e recolocação dos extintores na sede da CAER, Estação Elevatória de Esgotos (E.E.E) e Centro de Reservação de Água (CRD’S).
- 16.13.** A CONTRATADA responsabiliza-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

17.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIA DOS PRODUTOS

18.1. Os produtos do LOTE II materiais serão garantidos pelo prazo mínimo de 12 (meses) meses ou pelo prazo estipulado pelo fabricante, o que for maior, contra quaisquer espécies de defeitos, contados da data efetiva da entrega, devendo a contratada, após a comunicação de irregularidades, providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, as devidas substituições.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SANÇÕES

19.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência.

II - multa moratória.

III - multa compensatória.

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

19.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

19.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER.

19.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

19.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

19.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER.
- f)** no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.8. Ocorrendo infração contratual apenada apenas coma sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

19.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

19.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

19.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

19.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

19.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

19.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

19.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

19.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

19.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

19.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

20.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do RILC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

21.1. O encaminhamento de ofícios e documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CAER.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FONTE E RECURSOS

22.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da CAER, sob: 43010.17122010.001.028/399/001 e 43010.17122010.001.028/299/001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

23.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.406/2002, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e o Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

24.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

24.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do desconto inicial atualizado do contrato.

24.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

24.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

25.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

26.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2024

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

PELA CONTRATADA:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF : _____